

RESUMO: No presente resumo sintetizam-se os resultados parciais de projeto de pesquisa realizado no curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria sobre a temática da exposição de crianças e adolescentes a conteúdos prejudiciais em redes sociais de relacionamento *online*. Segundo dados disponibilizados pela *SaferNet* Brasil, o número de denúncias de páginas virtuais que violam direitos fundamentais tem sofrido considerável aumento (33,9% de 2006 a 2010), justificando essa pesquisa, que objetiva identificar e analisar as iniciativas jurídicas nacionais, advindas do Estado ou de organizações não-governamentais, realizadas em face da exposição de crianças e adolescentes a conteúdos prejudiciais em comunidades virtuais de relacionamento, com ênfase para o tratamento dado ao discurso de ódio. Para sua consecução, utilizou-se o método monográfico, combinando-se técnicas de pesquisa bibliográfica e de pesquisa documental, esta última feita através de coleta de dados estatísticos e de material legislativo, jurisprudencial e contratual. Constata-se que, embora a *Internet* seja considerada espaço privilegiado de liberdade de expressão e de produção de inteligência coletiva, ela possibilita a difusão rápida (e por vezes anônima) de conteúdos nocivos à dignidade da pessoa, como discursos racistas, xenofóbicos, homofóbicos, intolerantes. A acessibilidade desses discursos a usuários infanto-juvenis em redes sociais de relacionamento é preocupante, dado que, incitando-os a práticas de ódio ou fazendo-os vítimas delas, comprometem seu saudável desenvolvimento. Nesse âmbito surge a necessidade de compatibilizar normatizações protetivas, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Convenção Internacional de Direitos da Criança, com o uso que se faz da *Internet* no Brasil. Para isso o Estado conta com projetos de lei, tais como o Marco Civil da Internet, e com acordos estabelecidos entre empresas de serviços *online*, Ministério Público e organizações, como a *SaferNet*. Essas iniciativas tentam harmonizar a liberdade de expressão com o respeito aos direitos fundamentais dos usuários da *Internet*.